



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

AS ESTRATÉGIAS INSTITUCIONAIS DA COOPERATIVA AGRÁRIA DO VALE DO ITABAPOANA NO ESTADO DO RIO DE JANEIRO (2000-2024)

Ruan Carlos Alves Silva¹

Erika Vanessa Moreira Santos²

INTRODUÇÃO

A economia do Estado do Rio de Janeiro (ERJ) é volátil, pois o ERJ depende de setores econômicos extremamente instáveis para geração de receita interna, sendo os setores de comércio e serviços e os *royalties* de petróleo, concentrados na região norte do estado os principais geradores de receita. Natal (2004)

Em contrapartida, o setor primário, em especial o agropecuário, enfrenta dificuldades socioeconômicas que dificultam a dinamização da produção agropecuária e depreciam a produção interna, pois indústrias externas ao ERJ importam produtos de maior qualidade e quantidade a preços atrativos de mercado (Emater, 2018). No que tange à produção leiteira, dados da Pesquisa Trimestral do Leite e da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária (EMBRAPA), entre os anos 2000 a 2024, apontam um *déficit* aproximado de meio bilhão de litros de leite entre a produção e consumo de leite no ERJ.

Diante deste cenário, instituições públicas como a Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural (EMATER), Secretarias Estaduais da Agricultura, Pecuária e Pesca, da Fazenda e da Indústria) e instituições privadas como a Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) fomentam estratégias para aumentar a produção de leite nas regiões fluminenses. Desde meados da década de 1990, bojo da abertura econômica brasileira, o surgimento de políticas de fomento, seja para fortalecer a economia interna ou atrair capitais estrangeiros, se intensificaram no ERJ, Barcelos e Santos (2018).

Neste cenário de dificuldades para o setor e de busca por alternativas que fortaleçam a produção de leite no estado, o papel das cooperativas passa a ganhar ainda mais importância.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

A necessidade de apoiar os produtores, melhorar a competitividade regional e ampliar as parcerias com instituições públicas e privadas faz com que algumas cooperativas se tornem peças-chave nessas articulações.

Assim, surgem iniciativas que dialogam diretamente com as ações de fomento desenvolvidas no ERJ, mostrando como a cooperação e a atuação conjunta entre diferentes instituições influenciam as mudanças recentes na cadeia produtiva do leite

A Cooperativa Agropecuária Vale do Itabapoana (CAVIL), criada em 1948, em Bom Jesus do Norte, estado do Espírito Santo, vem tecendo suas articulações com as instituições públicas e privadas tanto do ES quanto do ERJ, pesquisas realizadas até o presente momento em que este trabalho é escrito apontam que essas relações vêm ocorrendo desde o início dos anos 2000. A referida cooperativa, embora fundada no capixaba, demonstra uma interação intensa com as organizações institucionais do Estado do Rio de Janeiro (ERJ), especialmente na região noroeste fluminense, onde se articula com prefeituras e secretarias municipais.

Esta pesquisa de mestrado em Geografia, em fase de desenvolvimento, difere das que já foram realizadas anteriormente no recorte das cooperativas, pois pretende-se apreender justamente, no âmbito interinstitucional, as transformações e as permanências na relação entre a CAVIL e as instituições públicas e privadas no ERJ entre 2000 a 2024. O recorte se justifica pelas mudanças pelas mudanças no consumo do leite ocorridas no final da década de 1990, o advento do plano real, a liberalização econômica e a introdução de novas tecnologias no setor leiteiro transformaram a cadeia produtiva do leite no Brasil, os anos 2000 em diante passam a ser então impactados constantemente por estas medidas.

METODOLOGIA

A discussão que sucederá é fruto de pesquisas quanti-qualitativas. No plano quantitativo, os dados secundários provenientes do Sistema IBGE de Recuperação Automática, do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. (SIDRA/IBGE) Onde foram levantados e analisados dados dos Censos Agropecuário, Demográfico e Pesquisa Pecuária Municipal (2000-2024). Consultas foram feitas à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB), onde foram consultados os relatórios anuais (2019-2024). Para compor a parte quantitativa da caracterização do setor leiteiro no ERJ utilizou-se informações da Relação



Anual de Informações Sociais (RAIS 2000-2024) e EMATER-Rio (relatórios anuais, 2011-2024).

As variáveis levantadas incluem, inicialmente, os seguintes itens: número de estabelecimentos agropecuários com pecuária leiteira por categoria familiar e não familiar, volume de produção leiteira anual, estrutura fundiária, participação do setor agropecuário no PIB municipal, quantitativo de cooperativas agropecuárias ativas no estado, número de empregos formais e renda gerada pelas cooperativas agropecuárias, entre outros dados.

No que concerne às técnicas de cunho qualitativo, contou com o levantamento bibliográfico, documental e o levantamento jurídico-normativo. Inicialmente, realizou-se um levantamento bibliográfico acerca de temas como cooperativismo, Estado, políticas públicas e o setor agropecuário no Estado do Rio de Janeiro (ERJ). A pesquisa documental foi realizada nos sites das prefeituras locais do Noroeste fluminense e Sul capixaba dos municípios de atuação da CAVIL, visando identificar as parcerias entre a Cooperativa CAVIL e instituições públicas e privadas.

Por fim, até o presente momento da elaboração deste trabalho, está em andamento, o levantamento jurídico-normativo, realizando consultas na secretaria da fazenda, Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO), Lei Orçamentária Anual (LOA) e em relatórios do sistema de Assistência Técnica e Extensão Rural (ATER) sobre as políticas públicas de fomento às cooperativas agropecuárias e a produção leiteira

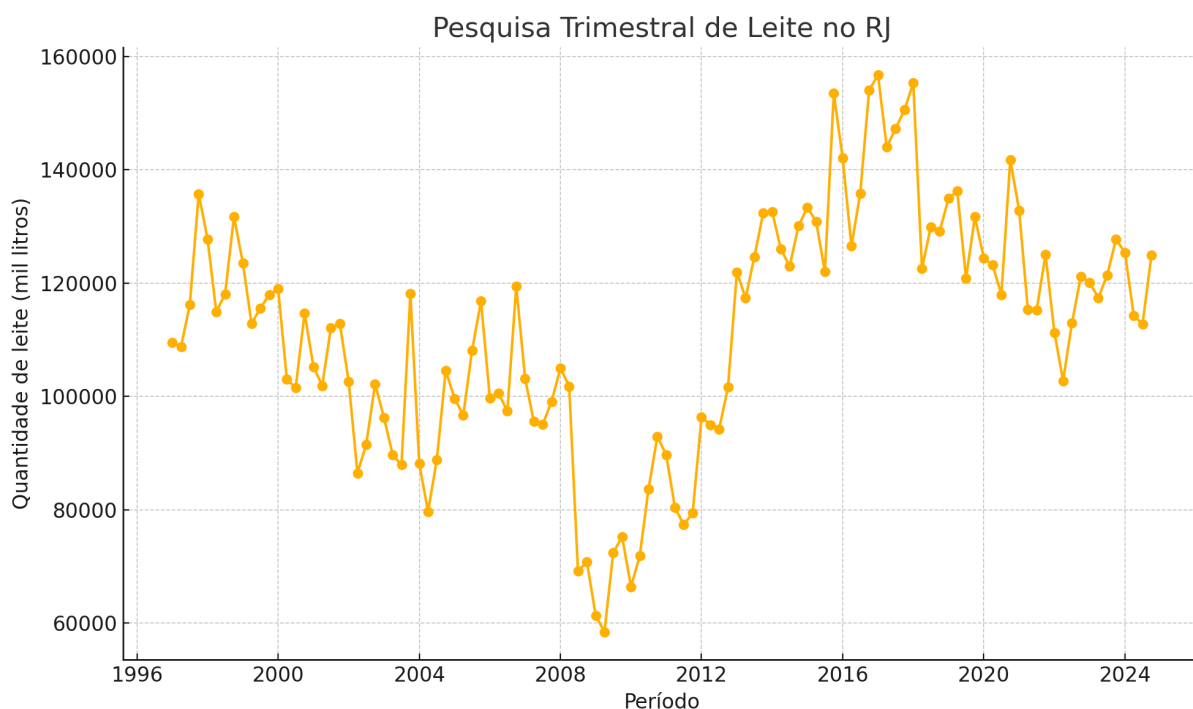
RESULTADOS E DISCUSSÕES

A produção interna de leite no ERJ enfrenta problemas socioeconômicos como: alta no preço dos insumos, baixa tecnificação na produção, concorrência externa com laticínios nacionais e internacionais entre outros fatores (EMATER/Rio, 2018). Estes fatores contribuem com a volatilidade da produção leiteira estatal, com uma tendência a quedas acentuadas a partir de 2015.

Dados levantados junto a Pesquisa trimestral do leite, do IBGE, entre os anos 1996 a 2024, apontam que, entre 2000 e 2010, houve redução acumulada de 28,16% na quantidade total de leite adquirido, passando de 438,3 mil litros para 314,9 mil litros, vide o gráfico 1.



Gráfico 1- Análise da Pesquisa trimestral do leite no ERJ (1996-2024)



Fonte: Pesquisa Trimestral do Leite 1996-2024)

Org: Silva, R (2025)

Esse período representa uma fase de retração significativa. Embora os motivos exatos dessa redução ainda estejam sendo investigados, estipula-se que o declínio se deva aos problemas socioeconômicos já mencionados.

A partir de 2011, a produção de leite aumentou até o ano de 2017, com 598,5 mil litros, o maior quantitativo de toda a série temporal selecionada. Esse crescimento reflete uma reorganização produtiva e institucional, com fortalecimento das cooperativas e maior estímulo à aquisição regional do leite via políticas de isenções fiscais. No entanto, entre 2017 a 2024, o volume total recuou 20,24%, chegando a 477,4 mil litros no último ano. Esse novo ciclo de declínio moderado sugere que, apesar da recuperação anterior, persistem desafios como o aumento dos custos de insumos e a competição interestadual.

O governo do ERJ vem atuando na esfera das políticas públicas na tentativa de mitigar tais entraves no setor leiteiro, implementando leis e decretos de incentivos fiscais para a produção leiteira, como o Decreto nº 29.042 de 2001, que concede crédito presumido de ICMS para contribuintes que adquirirem leite local e o programa Agrofundo (Decreto nº



41.852 de 2009), que oferece empréstimos a juros de 2% ao ano para produtores por meio do Rio Leite. Contudo, os dados da Pesquisa Pecuária Municipal (PPM) mostram um declínio acentuado na produção de leite a partir de 2017, como mencionado anteriormente.

A Relação Anual de Informações Sociais (RAIS) registrou uma queda significativa no número de estabelecimentos dedicados à criação de bovinos para leite (de 3.257 no ano de 2006 para 1.855 em 2021) e nos estabelecimentos que preparam o leite (de 43 em 2016 para 25 em 2021). No ERJ.

Frente a este cenário as cooperativas agropecuárias, se apresentam como uma possível alternativa para mitigação dos problemas internos da produção leiteira no ERJ, segundo Martins [et.al](#) (2004) e Oliveira (2011), entre 20% a-30% da produção leiteira interna passa em alguma etapa pelas cooperativas. Desempenham também um importante papel na geração de empregos, as cooperativas agropecuárias do ERJ empregaram 710 pessoas em 2020 e 1.095 em 2022. O faturamento das cooperativas agropecuárias fluminenses apresentou altas também entre 2020 a 2022. Em 2020, faturou 388 milhões de reais, 319 milhões de reais em 2021 e 531 milhões em 2022, (OCB/RIO 2021-2022)

No entanto, um levantamento realizado junto à Organização das Cooperativas Brasileiras (OCB) revelou um cenário de declínio no quantitativo de cooperativas agropecuárias: o Estado do Rio de Janeiro (ERJ) tem registrado uma redução constante no número de cooperativas agropecuárias em operação. Especificamente, o quantitativo de cooperativas ativas no estado diminuiu de 27 em 2019 para 12 em 2024.

Martins [et.al](#) (2004), em seus estudos, constataram o quantitativo de 28 cooperativas leiteiras ativas no estado e, no ano de 2024, o número total de cooperativas agropecuárias ativas registradas, como mencionado acima com base nos dados da OCB, é de 12 cooperativas.

Entretanto, apesar do volume de litros de leite no ERJ apresentar variações negativas nos últimos nove anos, e mesmo com o número de cooperativas no ERJ nos anos mais recentes (2019 a 2024) em redução, os dados da OCB (2019-2024) apontam um salto no número de cooperados do ramo agropecuário no ERJ. Em 2019, o número de cooperados da agropecuária era de aproximadamente 6.023 pessoas, aumentando para 12.351 no ano de 2024, ou seja, houve um aumento de aproximadamente 105,06% entre 2019 e 2024. Esta



constatação permite estipular que cada vez mais os produtores agropecuários tem procurado o sistema cooperativista para adentrarem ao mercado.

A breve contextualização do sistema cooperativo é importante para compreender as mudanças nessa forma de organização coletiva. O modelo de cooperativas implementado no Brasil se baseia no modelo de Rochdale, em 1844, em que 28 tecelões se reuniram para enfrentarem as dificuldades que os assolavam na primeira revolução industrial, com o objetivo de obter recursos para tecelagem, insumos, alimentos entre outras coisas, cujo lema, em linhas gerais, era garantir o bem estar social dos cooperados. A cooperativa estabeleceu alguns princípios que são institucionalizados no país, a livre adesão, gestão democrática, divisão das sobras entre outros princípios, Nunes; Foschiera (2017). Vedana et. al (2022) cita a definição oficial de cooperativa definida pela International Cooperative Alliance, que diz:

A definição oficial de cooperativa foi estabelecida em 1995 pela International Cooperative Alliance (ICA), sendo entendida como —uma associação autônoma de pessoas unidas voluntariamente para atender às suas necessidades e aspirações econômicas, sociais e culturais comuns por meio de uma empresa de propriedade conjunta e controlada democraticamente (tradução nossa). Seus princípios básicos são adesão voluntária e livre; gestão democrática controlada pelos membros; participação econômica dos cooperados; autonomia e independência, acesso dos associados à educação, formação e informação; e intercooperação entre as cooperativas e o interesse pela comunidade (Vedana et. al, 2022, p 375-376).

No Brasil, o Estado instituiu as cooperativas por meio da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971. O artigo 4 desta lei estabelece que “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados” (Brasil, 1971, p. 1). no mesmo artigo , são estabelecidas as normas que diferenciam as cooperativas de outras sociedades, sendo estes:

- I - adesão voluntária, com número ilimitado de associados, salvo impossibilidade técnica de prestação de serviços;
- II - variabilidade do capital social representado por quotas-partes;
- III - limitação do número de quotas-partes do capital para cada associado, facultado, porém, o estabelecimento de critérios de proporcionalidade, se assim for mais adequado para o cumprimento dos objetivos sociais;
- IV - intransmissibilidade das quotas-partes do capital a terceiros, estranhos à sociedade;
- V - singularidade de voto, podendo as cooperativas centrais, federações e confederações de cooperativas, com exceção das que exerçam atividade de crédito, optar pelo critério da proporcionalidade;
- VI - quórum para o funcionamento e deliberação da Assembleia Geral baseado no número de associados e não no capital;



- VII - retorno das sobras líquidas do exercício, proporcionalmente às operações realizadas pelo associado, salvo deliberação em contrário da Assembleia Geral;
- VIII - indivisibilidade dos fundos de Reserva e de Assistência Técnica Educacional e Social;
- IX - neutralidade política e indiscriminação religiosa, racial e social;
- X - prestação de assistência aos associados, e, quando previsto nos estatutos, aos empregados da cooperativa;
- XI - área de admissão de associados limitada às possibilidades de reunião, controle, operações e prestação de serviços.

Há embates sobre a implementação das cooperativas no Brasil e sobre sua relação com o Estado. Diferentemente do cooperativismo existente na Inglaterra e na Rússia, no Brasil as cooperativas foram implementadas pelo Estado. Serra (2009) e Farjado (2008), apontam que o Estado utilizou as cooperativas como uma extensão de seus domínios no campo, por meio do fornecimento de créditos rurais e incentivos fiscais para *commodities*, via bancos públicos e agências públicas.

Essa lógica, segundo Serra (2009) caracteriza as cooperativas do agronegócio, onde o objetivo é o lucro e não a cooperatividade, os cooperados precisam cumprir metas de produção, o que difere de todos os princípios cooperativistas.

Considerando seu distanciamento das bases ideológicas e sua conseqüente identificação com os valores econômicos e com a política dominante, bem ao contrário do que diz a filosofia, as cooperativas brasileiras, de modo geral, foram estruturadas de cima para baixo, a partir de iniciativas governamentais e poucas vezes a partir de iniciativas das classes produtoras; se submeteram a um excessivo controle de órgãos governamentais, abrindo mão do direito de caminharem livremente; passaram a se preocupar muito mais em concorrer com empresas privadas capitalistas do que em prestar serviços a seus associados; passaram a se vincular muito mais com os modelos agrícolas voltados ao mercado externo do que com a produção de gêneros de consumo interno (Serra, 1986 p. 83 *apud* Serra, 2009, p. 144).

Todavia, Galan (2000), Panzutti (1999) e Vedana [et.al](#) (2022) veem a relação Estado e cooperativa como benéfica principalmente na possibilidade de crédito aos produtores menos capitalizados. Todavia, Vedana [et.al](#) (2022) enfatiza que esta distribuição de recursos não é igualitária para todas as regiões do Brasil, segundo os mesmos, há uma concentração de recursos nas regiões sul e sudeste em detrimento a outras regiões.

É importante enfatizar que os fatores históricos e culturais se somam aos estímulos estatais para a diferenciação do movimento cooperativista entre as regiões brasileiras. No Sul, o processo associativo ao cooperativismo se traduz em um movimento de duas vertentes: a primeira é resultado de uma ação coletiva, baseada



na pluralidade de práticas sociais e experiências dos migrantes, principalmente alemães e italianos; a segunda é de origem estatal e vinculada a uma política de governo. No Norte e Nordeste, por sua vez, além da falta de tradição cooperativista, o acesso limitado aos recursos e equipamentos, além da ausência de políticas públicas (Vedana et al., 2022, p. 385)

Apesar de haver diferentes perspectivas sobre a relação entre a cooperativa e as políticas do estado, no cenário brasileiro, não é incomum o Estado financiar cooperativas, priorizando aquelas que atendam ao mercado de *commodities*, como destaca Christoffoli [et.al](#) (2025) em seus estudos feitos nas cooperativas agropecuárias do Paraná

Nos anos 1990, uma crise na agricultura brasileira levou à bancarrota dezenas de cooperativas agropecuárias. Entretanto, um grupo seletivo de cooperativas foi agraciado por significativa ajuda dos cofres públicos, constituindo um novo modelo de cooperativismo fortemente integrado aos capitais agroindustrial e financeiro (Christoffoli [et.al](#), 2025, p. 113)

Essa dualidade de perspectivas do Estado como indutor ou como controlador encontra eco na trajetória da Cooperativa Agropecuária Vale do Itabapoana (CAVIL), cujas articulações institucionais serão detalhadas a seguir. A CAVIL, que nos primórdios de sua fundação processava o leite em seu município de origem (Bom Jesus do Norte) no início dos anos 2000, passa a transferir a agroindustrialização para o Noroeste Fluminense.

A instalação da agroindústria da CAVIL no Noroeste Fluminense, segundo o site oficial da CAVIL, ocorreu na gestão entre 2007-2010, com a aprovação do projeto em 2008 e a inauguração no ano de 2015 no município fluminense de Bom Jesus do Itabapoana. Segundo o site da CAVIL, essa expansão se deu devido à necessidade de competição mercantil (afirmação feita em seu site oficial¹).

A compreensão das articulações da CAVIL exige, antes de tudo, um olhar atento à sua distribuição geográfica. Uma pesquisa de campo exploratória foi realizada na Cooperativa Cavil no segundo trimestre de 2025, e desde então, intensificou-se as pesquisas documentais acerca da parceria entre a CAVIL com instituições públicas e privadas. A CAVIL é uma cooperativa com fortes articulações com o poder público. A mesma possui uma estratégia de angariação de recursos multiestatal, o Mapa 1 retrata a inserção estratégica de duas bacias leiteiras distintas (Noroeste Fluminense e Sul Capixaba).

¹ Site oficial da CAVIL:

<https://www.google.com/search?client=opera-gx&q=CAVIL&sourceid=opera&ie=UTF-8&oe=UTF-8>



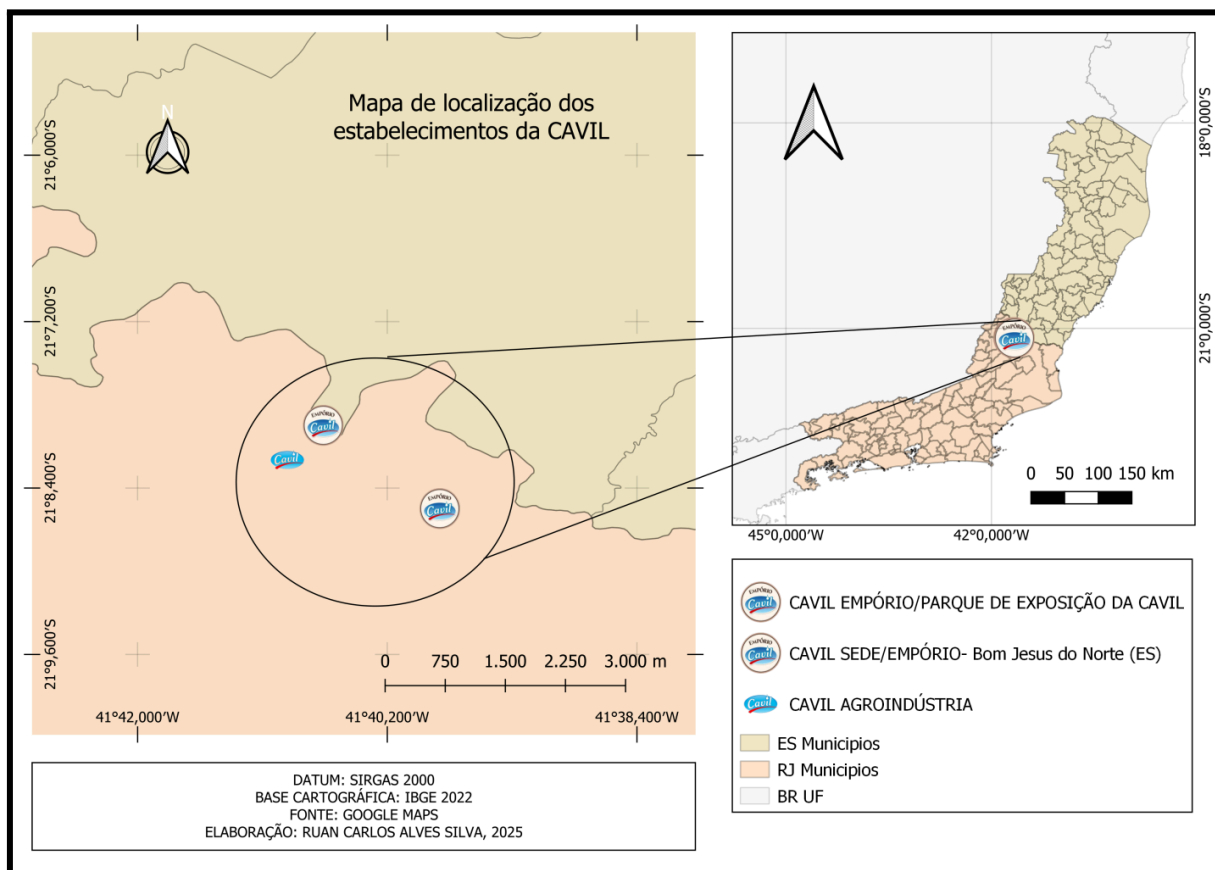
XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

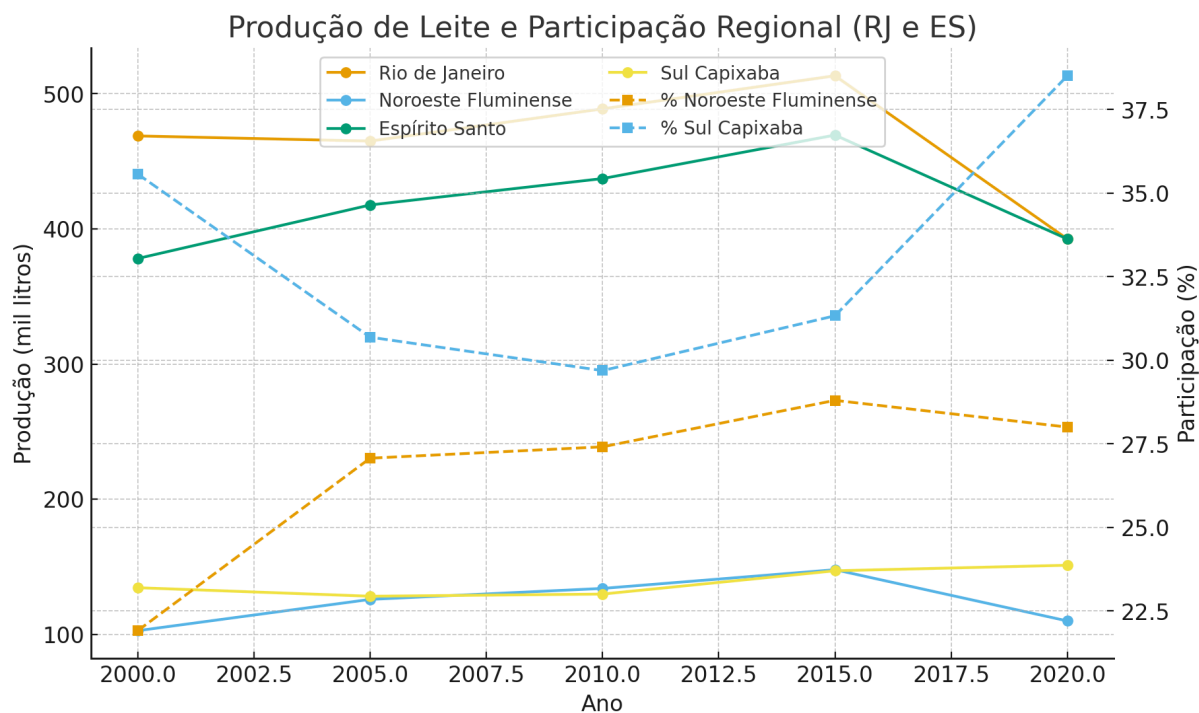
08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Mapa-1: Localização dos Estabelecimentos da CAVIL



Esta distribuição geográfica permite que a cooperativa capte tanto o leite quanto recursos de ambos os estados, por isto a sua localização é indispensável para compreender as estratégias territoriais. Os dados no gráfico 2 permitem quantificar a relevância das regiões Noroeste Fluminense e Sul Capixaba na produção leiteira de seus respectivos estados (RJ e ES)

Gráfico 2- Participação (%) do noroeste fluminense e sul capixaba na produção leiteira estadual



Fonte: PPM (2000; 2005; 2010; 2015; 2020)

Org: Silva, R (2025)

A CAVIL tem a captação mensal de um milhão de litros de leite, em Bom Jesus do possui um quantitativo maior de cooperados nos municípios fluminenses em relação ao estado capixaba.

A participação política e socioeconômica da cooperativa é intensa no noroeste fluminense, com estratégias organizacionais por meio de articulações institucionais. Com a Prefeitura de Bom Jesus do Itabapoana, houve, em 2022, a assinatura de um termo de cooperação, o destaque é a atuação da cooperativa na organização das barracas na Expocavil (feira de agosto que celebra a emancipação político-administrativa de município de Bom Jesus do Itabapoana).

Com o Instituto Federal Fluminense (IFF) de Bom Jesus, a CAVIL desenvolve o Programa de Desenvolvimento Sustentável da Pecuária Leiteira e Cafeicultura (PROLECAF), com a oferta de cursos técnicos desde 2024 para melhoria na produção leiteira, além de possuir convênio com o IFF de Bom Jesus do Itabapoana para receber estagiários do curso técnico de agropecuária.

A colaboração com a Emater/RJ ocorre visando a assistência técnica aos cooperados e promove eventos como o Concurso Leiteiro (2022), focado no aprimoramento genético,



aumento da produtividade e melhorias na qualidade do leite. Essas ações evidenciam as articulações e as interações entrelaçadas da CAVIL, particularmente no noroeste fluminense, não apenas no aspecto produtivo.

Já sua atuação no Estado do Espírito Santo, a cooperativa capta recursos do Fundo Social de Apoio à Agricultura Familiar (FUNSAF), para aquisição de refrigeradores e veículos tanques aptos a transportar o leite produzido pelos cooperados, além da CAVIL participar de editais PNAE (Programa Nacional de Alimentação Escolar) em Bom Jesus do Norte e Apiacá.

É importante compreender as estratégias da CAVIL tanto do ponto de vista da localização - quanto do escoamento dos produtos. A princípio constatou-se apenas o escoamento dos produtos da CAVIL para os municípios da região Noroeste Fluminense e Sul Capixaba, todavia, os produtos da cavil possuem o Serviço de Inspeção Federal (SIF) que possibilita o escoamento de sua produção para todo o território nacional, que possibilita oportunidades de expansão econômica a cooperativa.

CONSIDERAÇÕES

Diante do cenário desafiador do setor leiteiro no ERJ, em que a produção apresenta declínio, tal como o número de cooperativas, mesmo com as políticas de fomento em vigência no ERJ, como o Decreto nº 29.042 de 2001, as dificuldades se mostram persistentes. Todo este cenário suscita a um pensamento de que o setor leiteiro no ERJ necessita de interação para além das políticas de fomento, maior aproximação das instituições públicas e privadas para compreender e mitigar as dificuldades da produção leiteira no estado.

Embora a pesquisa esteja em fase de desenvolvimento, observa-se que uma das estratégias da Cavil para se consolidar no noroeste fluminense ocorre pela articulação multifacetada não apenas na questão econômica, mas nas questões políticas e sociais. As relações com a prefeitura, instituições de e órgãos técnicos reforçam a articulação institucional como uma das estratégias para a capilaridade regional da cooperativa.

REFERÊNCIAS



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

BARCELOS, Daniel; SANTOS, Leandro. Política de isenção fiscal e dinâmica econômica no estado do Rio de Janeiro nos anos de 2010. **Revista Cerrados**, Montes Claros - MG, v. 16, n. 2, p. 189-212, ago./dez 2018.

BRASIL. **Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971**. Dispõe sobre o regime jurídico das sociedades cooperativas. Disponível em: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/15764.htm. Acesso em: 05 de jan de 2024

BOM JESUS DO ITABAPOANA. Termo de Acordo nº 001/2021. Município Bom Jesus do Itabapoana, 2021. <https://www.bomjesus.rj.gov.br/licitacoes/356>. Acesso em: 16 jul. 2025.

CHRISTOFFOLI, Pedro [et.al](#). O papel do Estado na superação da crise do cooperativismo agrário paranaense nos anos 1990-2000. **Caderno de Geografia**, v.35, n.80, p. 113-142, fev. 2025. Disponível em: https://www.google.com/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=&cad=rja&uact=8&ved=2ahUKEwjB1PPW7OaQAxVdJbkGHSN_LOUQFnoECBYQAQ&url=https%3A%2F%2Fperiodicos.pucminas.br%2Fgeografia%2Farticle%2Fview%2F33172&usg=AOvVaw3eP95yqOmwr2Qkdfj7fYqG&opi=89978449 Acesso em: 13 de out de 2025

EMPRESA DE ASSISTÊNCIA TÉCNICA E EXTENSÃO RURAL DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO -EMATER-RIO. Relatório anual de atividade. vários anos.. Disponível em: <https://www.rj.gov.br/emater/node/188> Acesso em: 28 de jun. 2025

FARJADO, Sergio. Complexo agroindustrial, modernização da agricultura e participação das cooperativas agropecuárias no estado do Paraná. **Caminhos de Geografia. Uberlândia**, v. 9, n. 27, p. 31 – 44, set. de 2008,. Disponível em: <<https://doi.org/10.14393/RCG92715725>> Acesso em: 20 de junho de 2024

GALAN, Valter Bertini. **Formas de governança e o cooperativismo do leite no Brasil uma análise de setor, de casos escolhidos e de incentivos**. 2000. Dissertação (Mestrado em



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

Administração) - Faculdade de Economia, Administração e Contabilidade, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2000.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Pesquisa Trimestral do Leite. Vários anos. 2025. Disponível em <https://dados.gov.br/dados/conjuntos-dados/lt-pesquisatrimestral-do-leite-leite>.

INSTITUTO BRASILEIRO DE GEOGRAFIA E ESTATÍSTICA – IBGE-. Pesquisa Pecuária Municipal. Vários anos. Disponível em <https://sidra.ibge.gov.br/pesquisa/ppm/quadros/brasil/2024>

INSTITUTO FEDERAL FLUMINENSE. Prolecaf vai oferecer capacitação a cooperados da Cavil. IFF, 30 out. 2024. Notícias. Disponível em: <https://portal1.iff.edu.br/nossos-campi/bom-jesus-do-itabapoana/noticias/prolecaf-vai-oferecer-capacitacao-a-cooperados-da-cavil>. Acesso em: 16 jul. 2025.

MARTINS, Paulo *et.al.* **O futuro do cooperativismo de leite**. Juiz de Fora, MG: Embrapa Gado de Leite, 2004, p.112. Disponível em: <http://www.infoteca.cnptia.embrapa.br/infoteca/handle/doc/594819>. Acesso em: 16 de maio de 2024

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Anuário do cooperativismo fluminense 2021**. Rio de Janeiro. Disponível em < <https://rio.coop/cooperativismo/biblioteca/> > Acesso em: 17 de julho de 2024.

ORGANIZAÇÃO DAS COOPERATIVAS DO ESTADO DO RIO DE JANEIRO. **Anuário do cooperativismo fluminense 2022**. Rio de Janeiro. Disponível em < <https://rio.coop/cooperativismo/biblioteca/> > Acesso em: 11 de setembro de 2025.



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

PANZUTTI, Ralph. O caráter da agroindústria cooperativa e suas especificidades. **Revista Pensamento e Realidade**, ano 2, nº 51999, p 54-78 fev. 2012.

RIO DE JANEIRO. **Decreto nº 29.042, de 2001**. Dispõe sobre o Incentivo do Governo do Estado à Produção de Leite. Disponível em: <https://www.legisweb.com.br/legislacao/?legislacao=156985>. Acesso em: 10 de novembro de 2024.

RELAÇÃO ANUAL DE INFORMAÇÕES SOCIAIS - RAIS-. Estabelecimentos. vários anos. 2025. Disponível em: <https://bi.mte.gov.br/bgcaged>

SERRA, Elpídio. As cooperativas do agronegócio e suas (novas) características no Paraná. **Revista Geografia**, Departamento de Geociências, Universidade Estadual de Londrina, v. 18, n. 1, p. 139-153. jan./jun. 2009 Disponível em: < <https://ojs.uel.br/revistas/uel/index.php/geografia/article/view/2508/2265> > Acesso em: 17 de jul de 2024

VEDANA, Roberta *et. al.* O Cooperativismo na dinâmica econômica e social da agropecuária brasileira. In: SANTOS, Gesmar; SILVA, Rodrigo (org.). **Agricultura e Diversidades: trajetórias, desafios regionais e políticas públicas no Brasil**. Rio de Janeiro: Instituto de Pesquisa Econômica Aplicada, 2022,p. 375-400. [cap. 11]

SITES CONSULTADOS

<https://cavilcooperativa.com.br>

[CILEITE - Centro de Inteligencia do Leite](#)

<https://www.rj.gov.br/agricultura>

<https://somoscooperativismo.coop.br/anuario>



XI SINGA

SIMPÓSIO INTERNACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA
XII SIMPÓSIO NACIONAL DE GEOGRAFIA AGRÁRIA - JORNADA CARLOS WALTER PORTO-GONÇALVES

AS (IN)CONSEQUÊNCIAS TERRITORIAIS DA QUESTÃO AGRÁRIA E A
MUNDIALIZAÇÃO DO CAPITAL: RESISTÊNCIAS TEÓRICAS E POLÍTICAS

08 A 12 DE OUTUBRO DE 2025 | UFMS | TRÊS LAGOAS - MS

<https://transparencia.alerj.rj.gov.br/section/report/109>